
CULTURA E TRADUÇÃO JORNALÍSTICA:
UMA ABORDAGEM TEÓRICA

CULTURE AND JOURNALISTIC TRANSLATION:
A THEORETICAL APPROACH

1

SANTOS, Maria Teresa Marques

Universidade de Brasília (UnB)

Tradutora da UFTM e mestra em Estudos da Tradução

GOROVITZ, Sabine

Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

RESUMO

Após o advento da chamada “virada cultural”, percebe-se, no contexto dos estudos da tradução, o enfraquecimento da perspectiva estruturalista que por anos concebeu o sentido como imanente ao texto. A partir dessa ruptura com o estruturalismo, variáveis como cultura, contexto histórico, representações semânticas e função – da tradução – passaram a ocupar posição central na análise e prática tradutórias. Almejando compreender o diálogo entre cultura e tradução – em específico, tradução jornalística – e tendo como referencial teórico a abordagem funcionalista proposta por Christiane Nord, o objetivo deste ensaio é refletir a respeito da diversidade de fatores extratextuais que envolvem a tradução de reportagens jornalísticas – textos culturalmente marcados.

Palavras-chave: : tradução, cultura, funcionalismo, jornalismo.

ABSTRACT

After the event of what we call “cultural turn”, the structuralist perspective that for many years conceived meaning as immanent to the

text came into decline at what concerns Translation Studies. As a consequence, variables such as culture, historical context, semantic representations and function – of the translation – were regarded as a central concern for translation analysis and practice. Aiming at understanding the dialogue between culture and translation – particularly journalistic translation – and supported by the functionalist approach proposed by theorist Christiane Nord, the purpose of this paper is to reflect upon the extratextual factors which intervene in the translation of journalistic texts – culturally marked texts.

Key-words: translation; culture; functionalism; journalism.



LÍNGUA, CULTURA E A PRÁTICA TRADUTÓRIA

Diferente do que ocorre com os animais, cuja comunicação é estabelecida a partir de códigos e sinais estáveis, sem nenhum grau de conotação, a linguagem humana não é limitada a um dado número de referenciais estáveis. O potencial semântico de qualquer língua, por mais que obsoleta em relação às línguas modernas, possibilita distintas e complexas associações semióticas por parte dos indivíduos que por meio dela se interagem.

Enquanto código verbal, a língua representa uma das instâncias mais significativas na veiculação de sentido. É especialmente por meio dela que definimos seres, qualidades, gênero, quantidade, que nos situamos no tempo, que organizamos nosso raciocínio e que respondemos ao mundo. A linguagem, desse modo, constitui as bases do que entendemos como civilização.

Saussure, conhecido como o pai da linguística moderna, sabiamente ponderou que “a linguagem tem um lado individual e um lado

social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1982, p. 16). Este lado social da língua reflete a coletividade, a esfera social a formar-se e interagir-se por meio da linguagem, especialmente a linguagem enquanto código verbal – em nosso caso, a língua portuguesa. Tal assertiva, no entanto, pressupõe um lado individual, a língua em uso, e é a partir da união do uso da língua por cada indivíduo enquanto ser comunicativo que se concebe o lado social mencionado por Saussure.

Considerando que a língua é uma das principais instâncias comunicativas a reger, integrar e ordenar a sociedade, e que o lado social (o coletivo) não deve ser analisado independentemente do lado individual (o falante), fica evidente a relação da linguagem com os costumes, valores e ideais que, unidos, compõem a esfera cultural de qualquer sociedade. A perpetuação de costumes, a expressão de valores e a própria inclusão em um grupo social pressupõem a existência de uma instância responsável pela interação entre indivíduos – a comunicativa.

No que tange à cultura, em face da diversidade de conceituações do termo – diferentes correntes teóricas a definem da forma que melhor sustente suas abordagens –, é necessário buscar uma conceituação que não presuma esgotar o termo, mas que permita avançarmos na discussão.

Sob uma perspectiva antropológica, cultura é um conceito-chave para a interpretação da vida em sociedade. Remete a um conjunto de regras e proposições que servem de orientação – e controle – dos indivíduos (con)vivendo em uma determinada distribuição territorial.

Nesse sentido, discorre Ward Goodenough:

A cultura de uma sociedade consiste do que quer que seja que um indivíduo tenha que saber ou acreditar, a fim de agir de uma maneira aceitável aos olhos de seus parceiros ou fazer, em qualquer papel que aceitem para si mesmos [...] [Cultura consiste de] conhecimento, do modo mais geral, ainda que relativo, senso do termo. [...] [Cultura] são as formas das coisas que as pessoas têm em mente, seus modelos de perceber, relacionar e

interpretá-las. Logo, o que as pessoas dizem ou fazem, suas associações sociais e eventos são produtos ou coprodutos de sua cultura na medida em que atribuem a ela [cultura] a tarefa de perceber e lidar com suas [as pessoas] circunstâncias (SNELL_HORNBY, 1988, p. 39-40).

Nas palavras da funcionalista Christiane Nord:

Entendo por “cultura” uma comunidade ou grupo que se diferencia de outras comunidades ou grupos por formas comuns de comportamento e ação. Os espaços culturais, portanto, não coincidem necessariamente com unidades geográficas, linguísticas ou mesmo políticas (NORD apud ZIPSER, 2002, p. 38).

Aléong, em *Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica*, avança na discussão e relaciona o uso da língua e da cultura para a criação de normas sociais:

A sociedade é mais do que uma soma de indivíduos; ela é organizada segundo princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. O princípio de base é o da regulação social que impõe normas sociais ou esquemas de comportamento. [...] a vida em sociedade exige um mínimo de bagagem cultural ou social, fruto de um processo de inculturação ou de socialização (BAGNO, 1983, p. 147-148).

A intrínseca relação entre cultura e língua é, como visto, inevitável. Ouso afirmar que ambas representam, uma em relação à outra, condição necessária e suficiente.

Por um lado, a língua não se encontra estanque, é preciso uma comunidade de falantes para que ela exista. A interação desses falantes é condicionada por costumes e práticas culturais. A partir da língua e da comunicação, realidades são construídas e assimiladas, sistemas sociais são estabelecidos – o direito, a religião, a ciência, a educação, as artes, o trânsito – enfim, é por meio de uma língua comum que a cultura é instituída, manifestada e perpetuada.

Por outro lado, acredito ser razoável pensar também no inverso: na

cultura da língua. Sem nenhum tipo de consenso linguístico compartilhado pelos indivíduos, sem uma bagagem comum no que se refere ao uso da língua, a comunicação, a vida em comunidade seria impossível. E é exatamente aqui que língua e cultura mostram sua interface com a tradução.

A tradução situa-se no *locus* em que incompatibilidades de ordem linguística, sociocultural e/ou temporal são tais a ponto de não ser possível reconhecer, no Outro, modelos de comportamento, pensamento, ou de valores que se relacionem e harmonizem o mínimo possível com os padrões típicos do meio em que o Eu se insere. Cuido em enfatizar que a comunicação humana não é desafiada apenas por diferenças próprias do significante em si, dito como passível de decodificação, mas também – e principalmente – por diferentes perspectivas e expectativas em relação a este significante. O tradutor, assim, age como um intermediador de culturas, de manifestações linguísticas e representações do mundo.

A visão já antiquada de tradução que presume à existência independente de significados estáveis e a-históricos tem, principalmente após o que Bassnet e Lefevere cunharam como “virada cultural”, perdido força nos estudos da tradução.

Teorias contemporâneas da tradução apontam para a crescente relevância de conhecimentos culturais para a prática tradutória. O postulado é o de que a simples busca por equivalências semânticas, por substituição de material textual em uma língua por seu equivalente em outra não supera barreiras impostas por diferentes orientações e visões de mundo, motivadas pela cultura própria de cada comunidade linguística.

A esse respeito, Bassnett e Trivedi (1991) esclarecem:

A língua é o coração, no corpo da cultura; e é da interação entre ambas que resulta a continuação da energia-vital. Da mesma forma que o cirurgião, operando o coração, não pode desconsiderar o corpo que o abriga, o tradutor não pode isolar o texto da cultura que o recebe (BASSNETT; TRIVEDI, 1991, p. 14, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, é necessário compreender o ato tradutório como inserido em um contexto real de situação comunicativa, em que variáveis como cultura, experiências, valores, enfim, características externas ao texto, exercem fundamental influência sobre o exercício da tradução.

A TRADUÇÃO JORNALÍSTICA

Considerando a acentuação no processo de globalização dos mercados, o desenvolvimento, a crescente popularização dos meios de transporte, e, principalmente, o aumento vertiginoso na circulação de pessoas ao redor do globo, a “nova ordem” aponta para uma globalização também da informação: os veículos de comunicação têm buscado a cobertura de notícias geradas tanto dentro quanto fora da organização histórico-social em que se situam fisicamente. Disso resulta o apelo à tradução dos mais diversos gêneros textuais – em especial, o de matérias jornalísticas.

Em meio jornalístico, não é raro que os próprios redatores da notícia assumam a tarefa do tradutor. Deste cenário resulta a predominância, no âmbito dos veículos de imprensa, da tradução feita pelos próprios jornalistas, que, conhecendo a língua estrangeira para ou da qual se traduz, julgam-se capacitados a exercer também a função do tradutor.

Por não terem – em sua maioria – experiências e conhecimentos teóricos no assunto, realizam a chamada tradução consensual, “fiel à letra”, que presume a possibilidade de transcodificação isenta, objetiva, imparcial e neutra da notícia jornalística, atendendo assim aos princípios éticos que regem a imprensa.

Assim como há princípios que norteiam a prática da tradução – como o de “fidelidade ao texto-fonte” e “respeito às ideias do autor” – o

jornalismo também segue diretrizes específicas no que diz respeito às reportagens.

Apesar de não ser uma profissão regulamentada, a prática jornalística é sustentada por princípios que norteiam a conduta dos profissionais, conforme assegura o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹ (doravante C.E.J). Nesse, ficam estabelecidos critérios.

- *Objetividade*: segundo o qual o texto deve ser respaldado por informações objetivas, livres de impressões pessoais a respeito da temática sobre a qual discorre.

Conforme consta no artigo 3º: “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência do fato e terá por finalidade o interesse social e coletivo” (C.E.J. art. 3º).

Para tanto, o texto pode até conter grandezas como altura, largura, peso, volume, temperatura, descrição de ações, cores, texturas, no entanto, advérbios que refletem impressões pessoais devem ser descartados, como “bom”, “ruim”, “melhor”, “feliz” ou “infelizmente” etc.

- *Imparcialidade*: apesar da existência do chamado “jornalismo opinativo”, em geral a matéria jornalística objetiva fornecer informações retas e suficientes para que o próprio expectador chegue a conclusões. Em uma situação de conflito entre partes, a ambas o jornalista deve conceder o direito à palavra. Neste sentido, conforme impõe o código, “o jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações” (C.E.J. art 14º).
- *Verdade e precisão*: o código é enfático, “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se

¹Disponível no site da Associação Brasileira de Imprensa: <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=450>>.

pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (C.E.J. art 7º).

- *Confidencialidade*: dentre as diversas fontes jornalísticas estão as pessoas, as entidades, os órgãos públicos, as instituições privadas etc. Nos casos em que tais fontes se manifestarem contra a divulgação de sua identidade, é dever do jornalista obedecer ao princípio da confidencialidade. Nas palavras do próprio código, “sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade de suas fontes de informação” (C.E.J. art 8º). Com este fim, antropônimos e substantivos próprios muitas vezes devem ser evitados.

Em suma, as normas existem para direcionar a prática jornalística e garantir o direito à informação. O artigo primeiro é claro e conciso a esse respeito: “o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”.

No contexto prático, contudo, tais princípios éticos encerram grandes contradições. De acordo com Zipser e Polchlopeck (2009, p. 1, grifo nosso),

Os veículos da imprensa normalmente têm pautas programadas e que obedecem aos “valores-notícia”, ou *critérios de noticiabilidade*, isto é, atributos do fato noticioso que o torna passível de ser transformado em notícia, afinal a notícia é também destinada à venda e ao consumo.

Franzon (2004) discorre acerca desses “critérios de noticiabilidade”, incidentes sobre a decisão de veicular ou não a notícia (e também sua tradução), quais sejam: proeminência; proximidade (geográfica e cultural); impacto (número de pessoas envolvidas, afetadas); surpresa; raridade;

drama/tragédia (catástrofes, acidentes, risco de morte, crime, violência, emoção).

O “direito à informação”, conforme exposto no código de ética, parece, na prática, sofrer influências de caráter mercadológico.

De qualquer modo, esse conjunto de normas, critérios e diretrizes, sob os quais a produção jornalística se enquadra, são também aplicáveis às suas traduções, por isso faz-se necessário ao tradutor de notícias o conhecimento dessas políticas que norteiam o jornalismo. A imprensa, tanto no caso dos textos originais quanto no dos traduzidos, não escreve para si, no outro vértice desse relacionamento está o público expectador, que, leitor do original ou da tradução, deposita expectativas sobre a reportagem.

A tradução de notícias, como visto, é motivada por uma série de fatores que excedem o domínio meramente linguístico do texto. Neste sentido, teorias tradutórias limitadas à análise estrutural do texto não são satisfatórias. É necessário um referencial teórico que aborde o texto em seus aspectos tanto internos (linguísticos) quanto externos, como, por exemplo, no caso do jornalismo, o código de ética e as políticas editoriais.

Atendendo a esta necessidade, a teoria funcionalista e sua preocupação com o *skopos* (objetivo, propósito da tradução), oferece pertinentes contribuições. A próxima seção buscará evidenciar a relação dos estudos funcionalistas com a tradução de textos jornalísticos.

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS

Segundo Polchlopek (2005, p. 10),

[...] o funcionalismo significa o rompimento com as tipologias linguísticas formais e estáticas predominantes nas décadas de 70 e 80; toma lugar uma perspectiva comunicativa, maleável, dependente do contexto e não arbitrária, da qual fazem parte nomes como Katherina Reiss, Hans Vermeer, Justa Holz- e Christiane Nord (POLCHLOPEK, 2005, p. 10).

De modo geral, teorias funcionalistas priorizam a função, o propósito das manifestações textuais, vistas como operando no sentido de atender às intenções de quem produz um discurso.

Como escola linguística, o funcionalismo nasce na década de 70, período de crise das abordagens formalistas como a gramática gerativa e estruturalista, cujos estudos presumiam a transparência na forma, nos constituintes da oração e nas relações entre eles nos conjuntos de frases, sistemas de sons e signos.

Esse afastamento em relação às teorias linguísticas é esclarecido por Vermeer, segundo o qual:

A linguística por si só não irá nos ajudar. Primeiro, porque traduzir não é meramente e nem primeiramente um processo linguístico. Segundo, porque a linguística não formulou ainda as perguntas certas para lidar com os nossos problemas. Vamos, então, procurar em outro lugar (apud NORD, 1997, p. 10).

No paradigma funcionalista, a linguagem é vista como instrumento de interação social utilizado conforme intenções e propósitos variados. Produções textuais são motivadas por intenções que variam desde o simples fazer-se ouvido, manifestar-se, ao ato de persuadir o interlocutor a proceder de uma forma ou outra – vide os anúncios publicitários e os textos legislativos.

Buscando tanto contribuir para a formação de tradutores quanto orientar a prática da atividade, Christiane Nord desenvolve o seu modelo de análise textual. Neste, a estudiosa ressalta a importância da consideração dos aspectos externos ao texto, daí a relevância do modelo para a tradução jornalística.

É clara, para Nord, a preponderância da esfera cultural sobre o processo tradutório. Segundo ela:

Tendo crescido em uma outra cultura, o receptor do texto alvo possui um

conhecimento de mundo, um modo de vida, uma perspectiva diferente sobre as coisas e, também, uma experiência textual diferente que influenciam a leitura do texto-alvo (NORD apud POLCHLOPECK, 2005, p. 22).

A grande contribuição do modelo de análise textual de Nord é, assim, propiciar ao tradutor uma visão geral não apenas do texto a ser traduzido, mas da vasta gama de variáveis envolvidas no exercício da tradução. Por meio do já referido modelo de análise textual, o tradutor pode, além de prever problemas, conceber estratégias que visem solucioná-los.

Conforme ilustra a figura, com relação aos fatores externos ao texto, temos:

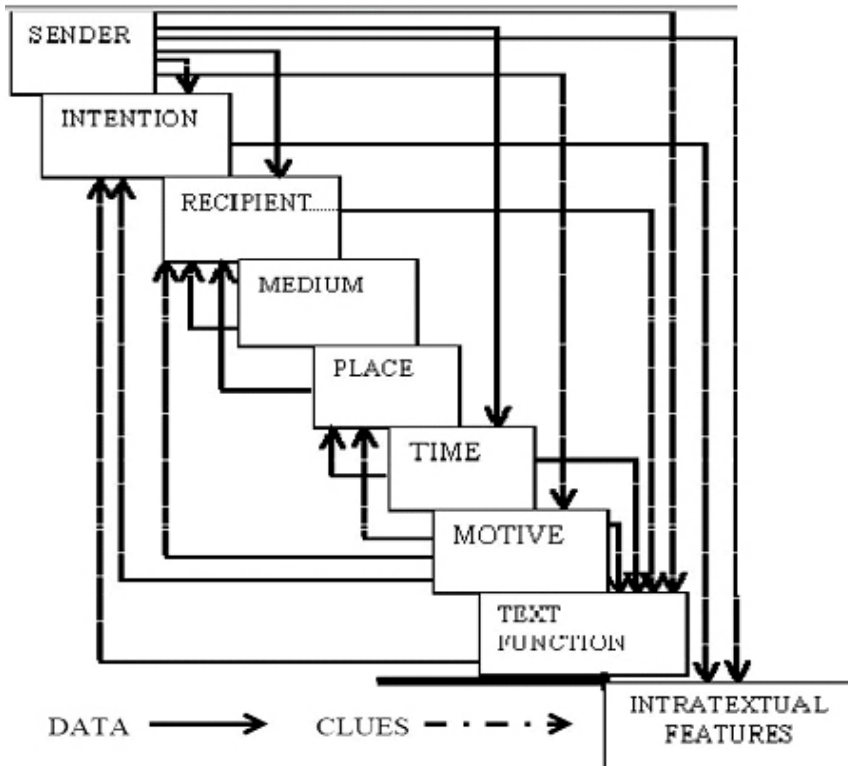


Figura 1 – Fatores externos ao texto.

Fonte: NORD, 1991, p. 76.

Esses fatores extratextuais podem ser relacionados à tradução jornalística da seguinte forma:

- *SENDER* – Quem transmite a reportagem? (o veículo de imprensa);
- *INTENTION* – Com qual objetivo? (a intenção desse veículo);
- *RECIPIENT* – A quem? (o público a quem a matéria jornalística é direcionada);
- *MEDIUM* – De que forma? (o canal por meio do qual a reportagem é veiculada);
- *PLACE* – Quais os lugares? (o lugar de produção e recepção da reportagem);
- *WHEN* – Quando? (o momento da produção e da recepção);
- *MOTIVE* – Por qual motivo? (a razão da comunicação);
- *TEXT FUNCTION* – A função da matéria jornalística (qual?).

Há ainda outros tipos de informações – *data* – que correspondem à bagagem intelectual e experiência dos destinatários da produção jornalística. Estas, assim como as *clues* ou “pressuposições”, encontram-se externas ao texto e motivam sua interpretação por parte do leitor.

Todas essas variáveis externas incidem, conforme ilustrado, sobre os elementos internos do texto, também merecedores de atenção, quais sejam: a temática tratada, o conteúdo apresentado, a maneira como o texto é construído, o tipo de vocabulário empregado, a sintaxe predominante, assim como outras características suprasegmentais.

Convém ainda salientar que tanto os fatores intratextuais quanto os extratextuais são interdependentes, ou seja, se uma variável é modificada, as outras também deverão ser reavaliadas.

Acredito que a sistemática de Nord, com respeito aos fatores externos ao texto, seja, no quadro das correntes teóricas da tradução, uma das abordagens mais pertinentes com relação à tradução de reportagens – textos tão culturalmente marcados. Ao contrário da corrente estruturalista da língua, que pressupõe a equivalência textual um para um, a perspectiva de Nord – assim como a dos demais teóricos funcionalistas e descritivistas – reconhece o fato de que pertencer a grupos socioculturais distintos faz da leitura do destinatário-final um ato condicionado pela sua perspectiva e experiência de mundo e de leitura.

UM OUTRO DIÁLOGO ENTRE TEORIA E TRADUÇÃO JORNALÍSTICA: A QUESTÃO DAS NORMAS TRADUTÓRIAS E DA PATRONAGEM

Dois outros estudiosos cujas teorias também corroboram para a compreensão da diversidade de fatores extralinguísticos incidentes sobre a tradução são Gideon Toury (1995) – com as normas tradutórias – e André Lefevere (1992) – que introduz o conceito de patronagem ou “estruturas de poder” ao contexto tradutório.

Gideon Toury, em *Descriptive translation studies and beyond*, desenvolveu o conceito de “normas tradutórias”, conferindo-lhes um caráter sócio-histórico. Diferentemente das abordagens prescritivas, Toury as trata de maneira analítica, descritiva. Ao discorrer sobre normas, sua intenção não é estabelecer uma taxonomia de regras que estipulam a melhor maneira de traduzir, mas avaliar os diferentes tipos de coerções – por vezes implícitas – incidentes a respeito do comportamento do tradutor. Assim como para Nord, fatores externos ao texto são por ele identificados e analisados.

A subdivisão das normas tradutórias em “normas preliminares”, “norma inicial” e “normas operacionais”, como proposto por Toury, permite-nos entender como diversas variáveis linguísticas e extralinguísticas influenciam a tradução.

As *normas preliminares* estão relacionadas a questões como a escolha do texto a ser traduzido e a estratégia global [de tradução] a ser utilizada em determinado contexto. Aqui, Toury trata de uma questão não explicitada no modelo de Christiane Nord: os filtros impostos por instituições sociais em relação ao que traduzir ou divulgar.

Não é novidade a existência de instituições sociais de poder que operam no sentido tanto de inibir quanto de impulsionar a divulgação de temáticas específicas. Há, sem dúvidas, uma espécie de manipulação da informação, conforme exposto acima na discussão a respeito dos “critérios de noticiabilidade”, preponderantes sobre a imprensa.

Neste sentido, André Lefevere (1992), ao versar sobre a relação entre sistema literário e estruturas de poder, evidencia os mecanismos de controle aos quais os textos estão sujeitos. Segundo ele, há dois tipos de controle, o interno e o externo.

O interno, nas palavras do próprio autor:

[...] pode ser no sentido tanto de reprimir certas obras que contrariam as concepções de literatura (poética) e de mundo (ideologia) predominantes numa dada sociedade, num dado momento, quanto de adaptar as obras literárias de modo a fazê-las corresponder à poética e à ideologia da sua época (LEFEVERE apud MARTINS, 1999, p. 70).

O controle interno é exercido, segundo ele, por críticos literários, tradutores, professores, enfim, pelo conjunto de profissionais cuja opinião e crítica influenciam a produção literária nacional.

Com relação aos controles externos, estes, segundo Lefevere, operam basicamente fora do sistema literário e designam os “poderes”

(instituições de ensino, corporações, editoras, veículos de imprensa) que auxiliam ou impedem a difusão de determinadas produções intelectuais.

Apesar das teorias de Toury e Lefevere terem como escopo o sistema literário, é justo afirmar que a manipulação por parte desses “patrocinadores” não se restringe ao meio literário. A esfera social também é, da mesma forma, condicionada por interesses quanto ao que noticiar e traduzir. No campo da tradução jornalística, é razoável afirmar que a escolha do fato a ser noticiado e/ou traduzido reflete os padrões histórico-sociais vigentes, assim como os interesses financeiros e ideológicos por parte de quem os veicula ou patrocina.

Em um contexto de censura como o da ditadura militar, por exemplo, em que o teor e o volume de traduções e reportagens é severamente manipulado, fica evidente a força dessas instâncias (re)formadoras de opinião.

Voltando a Toury, as *normas iniciais*, por sua vez, são aquelas que governam a estratégia de desenvolver uma tradução adequada (adotando as normas do sistema em que está inserido o texto original) ou aceitável (adotando as normas linguísticas do polissistema meta).

Os termos “tradução adequada” e “tradução aceitável” dialogam claramente com a noção de estrangeirização *versus* domesticação, binômios cunhados por Venuti (2002).

Uma tradução jornalística “adequada” ou “estrangeirizante” seria aquela que mantém as marcas culturais e sintáticas do texto fonte, causando estranhamentos e a nítida percepção de que se trata de uma tradução.

Já uma tradução jornalística “aceitável” ou “domesticadora” prevê estratégias que facilitem e tornem o mais fluente possível a leitura. Críticos a essa postura alegam ser este um modelo etnocêntrico, que visa reduzir o Outro a si.

A opção por tradução adequada ou aceitável implica em assimilação ou afastamento do Outro. Convém acrescentar que os dois polos – aceitabilidade e adequação – não são excludentes. O tradutor pode optar por uma solução intermediária, um modelo híbrido de tradução.

Quanto ao que Toury conceitua como *normas operacionais*, estas são as que direcionam as decisões tomadas durante a ação tradutória, como seleção do material para organizar o texto-alvo, segmentação textual, omissões, inclusões, explicitações.

As normas operacionais são de caráter mais textual e revelam preferências linguísticas e estilísticas. Correspondem aos elementos intratextuais avaliados no modelo de Christiane Nord.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de afinidades entre tradução e jornalismo, neutralidade está para o jornalismo assim como a noção de transcodificação isenta está para a tradução. Em ambos os discursos está implícita a desconsideração da linguagem como manifestação de cultura e ideologia.

O objetivo deste artigo foi, assim, o de esclarecer o fato de que a prática da tradução jornalística exige mais que o conhecimento linguístico dos idiomas de partida e chegada. Como analisado, diversas são as variáveis situacionais e culturais incidentes sobre as decisões tradutórias, especialmente no caso da tradução de textos jornalísticos, defendida por Zipser (2002) como “representação cultural”.

Nesse sentido há a consideração não apenas do texto-fonte, mas do fato em si, de sua representatividade, bem como da função de sua tradução. Nas palavras de Zipser, “[...] podemos dizer que a questão da tradução no jornalismo fica colocada em termos culturais e não meramente como uma transcodificação linguística” (ZIPSER, 2002, p. 32).

O jornalismo, como vimos, é marcado pelas condições sociais

próprias de cada nação, seja com relação aos fundamentos históricos e jurídicos, aos padrões éticos, à tradição e política de imprensa, bem como os interesses financeiros e ideológicos envolvidos na veiculação da notícia. Cabe ao tradutor desse gênero textual agir com a consciência das implicações de suas escolhas.

Para encerrar, lembro Lya Wyler, que descreve como ato primeiro de tradução – na nossa história – a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, em que há o relato a respeito da chegada em terras desconhecidas (aos colonizadores portugueses, já que para os nativos que aqui habitavam não havia desconhecimento algum). Se fosse possível acessarmos os registros feitos pelos índios, seguramente teríamos o mesmo fato/evento descrito sob uma outra perspectiva – nem mais nem menos verdadeira, porém, talvez contraditória se comparada ao relato do colonizador. Há de se concluir que o choque de culturas é certamente revelador da instabilidade dos discursos.



REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BASSNET, S.; TRIVEDI, H. *Translation studies*. London/New York: Routledge, 1991.
- CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=450>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- FRANZON, E. *Os valores-notícia em telejornais*. 2004. Monografia (Programa de Pós-graduação em jornalismo e mídia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- LEFEVERE, A. *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame*. London/New York: Routledge, 1992.
- MARTINS, M. A. P. *A instrumentalidade do modelo descritivo para a análise de traduções: o caso dos Hamlets brasileiros*. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

- NORD, C. *Text analysis in translation*. Tradução de Christiane Nord e Penelope Sparrow. Amsterdam/Atlanta, 1991.
- _____. *Functionalist approaches explained*. St Jerome Publishing, Manchester, 1997.
- POLCHLOPEK, S. A. *A interface tradução-jornalismo: um estudo de condicionantes culturais e verbos auxiliares modais em textos comparáveis das revistas Veja e Time*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- SNELL-HORNBY, M. *Translation studies: an integrated approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988.
- TOURY, G. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- ZIPSER, M. E. *Do fato a reportagem: as diferenças de enfoque e a tradução como representação cultural*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- ZIPSER, M. E.; POLCHLOPECK, S. *Do fato a reportagem: o ambiente da tradução jornalística*. In: *Revista de Comunicação da UTFPR*, n. 1. 2009.